

Ano 46 | Volume 313 | Março | 2021

Revista de Processo

COORDENAÇÃO

Teresa Arruda Alvim

Pré-textual

Créditos

Expediente

In Memoriam

Linha editorial

Apresentação

Processo e Constituição

A inconstitucionalidade de leis brasileiras: entre causas e efeitos – Por que o legislador brasileiro cria tantas leis inconstitucionais? Marcos Antonio Pereira e Osmar Mendes Paixão Côrtes

Teoria Geral Do Processo

Ronald Dworkin e a dignidade do devido processo: um ensaio sobre a dupla dimensão da resposta correta Francisco José Borges Motta e Georges Abboud

Garantia constitucional da razoável duração do processo e direito à indenização por dano marginal decorrente da lentidão da justiça João Batista Lopes

O litisconsórcio no Código de Processo Civil de 2015 Lucas Soares De Oliveira

A capacidade processual dos animais Vicente De Paula Ataíde Junior

Processo de Conhecimento (fase cognitiva)

Primeiras linhas pela reconstrução da teoria da prova documental: os diversos tipos de signo e a necessidade comum de interpretação Vitor De Paula Ramos

Tutela Executiva

A desjudicialização da execução civil: projetos legislativos em andamento Humberto Theodoro Júnior

Tutela Provisória

Inconstitucionalidade da vedação à concessão de tutelas provisórias contra a Fazenda Pública nas ações de compensação de créditos tributários Caio Neno Silva Cavalcante e Cleucio Santos Nunes

Meios de Impugnação das Decisões Judiciais – Processo nos Tribunais

Memoriais apresentados pelo IBDP, na condição de amicus curiae, aos Recursos Especiais nºs 1.707.066/MT e 1.717.213/MT (Tema Repetitivo 1022 – acórdãos publicados na íntegra na seção pertinente deste volume) Paulo Henrique dos Santos Lucon

Sobre o cabimento de agravo interno em face das decisões monocráticas não terminativas Sandro Marcelo Kozikoski e William Soares Pugliese

Técnicas Adequadas à Litigiosidade Coletiva e Repetitiva

Tutela coletiva e o CPC/2015 à luz do timing da atuação coletiva do Ministério Público em casos complexos Marcus Aurélio De Freitas Barros

Tutela Diferenciada

Legitimidade e interesse nas ações de impugnação de deliberações societárias Eduardo Talamini

Aplicativos para a mobilidade urbana: o judiciário como palco adequado para regular a internet e estabelecer políticas públicas Giovani Dos Santos Ravagnani

Direito Jurisprudencial – Precedentes Vinculantes, Jurisprudência Dominante, Súmulas e temas afins

A autoridade dos precedentes judiciais e a unidade do direito: uma análise comparada Brasil-Alemanha (II) Gisele Mazzoni Welsch

Direito Estrangeiro e Comparado – Generalidades Civil

Civil Justice: a European perspective Lea Querzola e Antonio Gidi

Coisa julgada relativa à decisão da questão prejudicial nas ações coletivas norte-americanas Marcos De Araújo Cavalcanti

Tendências Contemporâneas

Primeiras impressões sobre o Projeto de Lei 6.204/2019: críticas e sugestões acerca da tentativa de se desjudicializar a execução civil brasileira (parte um) Márcio Carvalho Faria

Métodos Alternativos de Solução de Conflitos – ADR

A importância da mediação e da conciliação no novo Código de Processo Civil para a solução consensual dos conflitos no direito de famíliaEmerson Ademir Borges De Oliveira e Alice Presa Mendes

História do Direito

Sobre a arbitragem, na Itália, no enfoque de Enrico Redenti: rápidas incursões na atualidadeMárcio Bellocchi

Jurisprudência Anotada STF

Supremo Tribunal Federal

É inconstitucional lei municipal que fixa teto das obrigações de pequeno valor em patamar inferior ao do maior salário de contribuição do regime geral da previdência social, violando os direitos dos pequenos credores da Fazenda

Jurisprudência Comentada STJ

Superior Tribunal de Justiça

É cabível agravo de instrumento contra todas as decisões interlocutórias proferidas em recuperação judicial e de falência, por força do art. 1.015, parágrafo único, do CPC. Tese firmada sob o rito dos recursos repetitivos

Jurisprudência Anotada STJ

Superior Tribunal de Justiça

É cabível agravo de instrumento em decisões interlocutórias proferidas em processos de recuperação judicial e de falência, por força do art. 1.015, parágrafo único, do CPC/15

Admissibilidade de embargos de divergência a fim de dar por pré-questionada a matéria relativa à não ocorrência de prescrição em razão da iliquidez do título executivo, acarretando a cassação de acórdão para que seja realizada uma nova análise do tema prescrição

Normas de Publicação para Autores de Colaboração Autoral Inédita

